

Lições de anticomunismo para jovens: difusão ideológica e busca de hegemonia no Brasil (1961-1965)

Martina Spohr*

O presente trabalho pretende analisar a atividade de disseminação dos valores ideológicos do grupo do capital multinacional e associado realizada no Brasil entre 1961 e 1965, através de empreendimentos culturais, mais especificamente a edição de livros. Tais livros expressam a aspiração por uma nova ordem, do ponto de vista de setores econômicos, políticos e militares críticos do sistema político praticado no Brasil desde 1946.

Palavras-chave: Golpe de 1964; Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES); Cultura

The present study intends to examine the dissemination activities of ideological values from the multinational industrial capital and associated national capital group carried out in Brazil between the years of 1961 and 1965, through cultural enterprises, more specifically the publishing of books. Such books express the desire of a new order, from the viewpoint of economic, political and military sectors, critics of the political system practiced in Brazil since 1946.

Keywords: Civilian-military *coup d'état* of 1964; Institute of Research and Social Studies (IPES); Culture.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os primeiros resultados da pesquisa de mestrado iniciada no primeiro semestre de 2008. Pretendemos tratar da atividade de disseminação dos valores ideológicos do grupo multinacional e associado realizada no Brasil na primeira metade da década de 1960, através de empreendimentos culturais, mais especificamente a edição de livros. Para isso, trabalharemos com dois exemplares da coleção “Livros para a juventude”, publicados pela Distribuidora Record entre 1963 e 1964. Observamos que, em ambos os livros, o anticomunismo e um modelo de democracia isento de características consideradas negativas - a agitação sindical, o nacionalismo extremado e etc. - estão entre seus principais valores constitutivos.

O primeiro deles, da autoria de Francisco Ruas Santos cujo título é “A Guerra Revolucionária Comunista”, foi publicado no ano de 1964 no Brasil e tem como principal objetivo elucidar o formato e as etapas da guerra revolucionária comunista através de uma

* Mestranda em História pela Universidade Federal Fluminense.

perspectiva anticomunista, que, como veremos mais à frente, irá procurar difundir valores ideológicos ligados ao grupo do capital multinacional e associado.

O segundo livro da coleção, de autoria de Dorothy Gordon e com o título “Você e a democracia”, foi publicado em 1963 no Brasil e trata-se de uma tradução da edição publicada nos Estados Unidos em 1961. Neste livro, observamos a difusão de valores ideológicos ligados à defesa de uma democracia restrita, tal como defendido pelo grupo em questão. Entendemos que tais livros expressam a aspiração por uma nova ordem, do ponto de vista de setores econômicos, políticos e militares críticos do sistema político praticado no Brasil desde 1946. Compreendemos que estes setores, representados pelo grupo do capital multinacional e associado, buscavam a construção de um projeto hegemônico, que tinha como via de divulgação tais empreendimentos culturais. Conduzidos institucionalmente pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), pregavam mais do que a oposição ao governo João Goulart (1961-1964), procurando influenciar, pela propaganda de valores, a geração da qual sairiam os futuros dirigentes do país.

Antes de iniciáramos a análise de como isso ocorre nas fontes destacadas consideramos de suma importância a definição do nosso escopo teórico, a fim de elucidar a metodologia de análise empreendida. Primeiramente destacamos que estamos tratando neste trabalho de uma questão de construção de hegemonia. Para o delineamento do ambiente teórico no qual pretendemos trabalhar optamos pelo conceito de hegemonia tal como desenvolvido por Antonio Gramsci e, posteriormente, por Raymond Williams. Visando a aplicação do conceito dentro da temática proposta trabalharemos com a visão de René Dreifuss (2006).

Antonio Gramsci, em seu livro “*Os intelectuais e a organização da cultura*” (GRAMSCI, 1991), trabalha a questão da hegemonia através de uma interpretação do Estado com características ampliadas que causaram novas determinações, proporcionando a socialização da política – incluindo-se aí o nascimento dos sindicatos, partidos de massas, sufrágio universal e etc. O Estado deixa de agir somente pela coerção e passa a buscar o consenso, a legitimação e a direção intelectual e moral do processo ocorrido na sociedade civil. Isso decorre da adoção dos valores de uma classe por outra classe. A construção de um projeto hegemônico, tal como propomos neste trabalho, ocorre na sociedade civil¹ através dos

¹ Para interessante compreensão do conceito de sociedade civil em Gramsci ver: FONTES, Virgínia. “A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980”. In: NEVES, Lúcia M. W.; LIMA, Julio C. F. *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2006, pp. 201-240.

aparelhos privados de hegemonia, que irá buscar - como veremos mais à frente - o consenso. Tal projeto passa a se tornar hegemônico na medida em que conquista representatividade, através da existência de elementos pertencentes aos aparelhos de hegemonia que o conduziram, nas mais altas instâncias da sociedade política.

A disputa em busca da imposição de um projeto hegemônico específico se aproxima bastante do tema que vem sendo desenvolvido. Podemos compreender o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) como um aparelho privado de hegemonia - e o grupo do capital multinacional e associado como o sujeito social de tal aparelho - com um projeto específico que, através da divulgação de idéias como o anticomunismo e a defesa de uma democracia restrita, privada de características como a agitação sindical ou a organização da classe trabalhadora, buscou na sociedade civil o consenso e a legitimidade, dirigindo o processo intelectual e moralmente. Na liderança do processo encontramos a elite orgânica do capital multinacional e associado originário de uma função essencial da produção econômica, tal como proposto por Gramsci (1991).

Tratando do processo de construção de um dado projeto hegemônico no Brasil tal como propomos, pontuamos a análise de Dreifuss (2006). O autor destaca, ao longo de sua análise acerca do grupo do capital multinacional e associado, a busca deste grupo por um espaço político de destaque, visto que possuía grande poderio econômico. Mostra as tentativas ocorridas, através do Congresso Nacional e das eleições para os cargos do Executivo e do Legislativo, de obter tais “direitos” através da via institucional ou “legítima”. Diante do fracasso destas tentativas este grupo se organiza e busca na sociedade civil o consentimento para os seus projetos, legitimando o golpe classista civil-militar de 1964. Trazendo para a interpretação de Gramsci podemos dizer que, o grupo do capital multinacional e associado, estava buscando, através de sua organização no âmbito da sociedade civil, um espaço de destaque na sociedade política, a fim de estabelecer o seu projeto hegemônico.

No nosso caso, os empreendimentos culturais e, mais especificamente a edição de livros, servem como aparelhos difusores de idéias utilizados em larga escala pelo grupo do capital multinacional e associado na década de 1960 no Brasil.

A contribuição de Raymond Williams para a interpretação do conceito de hegemonia é bastante interessante e se aplica perfeitamente ao nosso objeto. Para Williams, o conceito de hegemonia ultrapassa os conceitos de cultura (compreendida como “todo um processo social” no qual os homens definem e modelam suas vidas) e de ideologia (em qualquer um de seus sentidos marxistas, no qual um sistema de significado de valores é a expressão ou projeção de um determinado interesse de classe) (WILLIAMS, 1979: p. 111), indo além destes. Vê as

relações de domínio e subordinação como consciência prática. É nesta interpretação da consciência prática que a definição de Williams contribui com o conceito de hegemonia de Gramsci, sua matriz de pensamento. A definição de hegemonia para Williams é a seguinte

*A hegemonia é então não apenas o nível articulado superior de “ideologia”, nem são as suas formas de controle apenas as vistas habitualmente como “manipulação” ou “doutrinação”. É todo um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores – constitutivo e constituidor – que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente. Constitui assim um senso de realidade absoluta, porque experimentada, e além da qual é muito difícil para a maioria dos membros da sociedade movimentar-se, na maioria das áreas de sua vida. Em outras palavras, é no sentido mais forte uma “cultura”, mas uma cultura que tem também de ser considerada como o domínio e subordinação vividos de determinadas classes [...] Se as pressões e limites de uma determinada forma de domínio são experimentadas em tais proporções, e **na prática internalizadas**, toda a questão do domínio de classe, e da oposição a ele, se transforma.*(WILLIAMS, 1979: p. 113-114, grifo do autor).

Diante desta definição aplicamos objetivamente o conceito à nossa hipótese. Os empreendimentos culturais em questão, principalmente a edição de livros, são constituídos – e constituem – um sistema de significados e valores que, ao serem experimentados como prática, se confirmam reciprocamente. Este sistema de significados e valores é construído a partir das concepções ideológicas do grupo do capital multinacional e associado. Dentro dele encontramos a divulgação de concepções anticomunistas e a defesa de um modelo de democracia específico. O acesso da sociedade civil aos livros promove um senso de realidade absoluta experimentada pelas classes dominadas. A internalização das práticas de tais concepções promove uma naturalização das relações sociais. Diante disso, o processo de hegemonia – Williams destaca que uma hegemonia vivida é sempre um processo – é construído. A partir de então - voltando a Gramsci - o grupo do capital multinacional e associado desenvolve, através de empreendimentos culturais, o consenso tanto de parcelas da classe dominante quanto da classe dominada, construindo as bases político-ideológicas necessárias para a legitimação do golpe civil-militar de 1964, dirigido intelectual e moralmente por este grupo.

A partir das definições teóricas apontadas acima, iremos aplicá-las à análise dos dois livros anteriormente citados. A justificativa da escolha destes livros como primeiro grupo de análise se dá pela própria historicidade destas publicações. Primeiramente, é importante destacar que tais livros fazem parte de um grupo mais amplo, da coleção intitulada “Livros para a juventude”. Todos estes livros foram publicados entre os anos de 1961 e 1965 sob o

selo da Distribuidora Record. É neste ponto que entra a ligação destas publicações com o IPES e com o seu projeto hegemônico de sociedade. Dentre os diversos braços de atuação do IPES na difusão político-ideológica estavam os Grupos de Estudo e Ação do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, divididos em: Grupo de Levantamento da Conjuntura; Grupo de Assessoria Parlamentar; Grupo de Opinião Pública; Grupo de Publicações/Editorial; e o Grupo de Estudo e Doutrina. Para nossa análise daremos importância maior ao Grupo de Publicações/Editorial (GPE), definido por Dreifuss:

“Operacionalmente relacionado com o Grupo de Opinião Pública estava o Grupo de Publicações/Editorial – GPE. Embora já existisse há quase um ano como uma unidade de trabalho ao lado de outros grupos, o GPE foi formalizado em agosto de 1962. Ele organizou uma cadeia de canais de expressão para o seu material que se chamava “cadeia de veículos de divulgação”. [...] Disseminava material impresso e visual com a mensagem ideológica “apropriada” pelos quatro cantos do país. Juntamente com o Grupo de Levantamento da Conjuntura e o Grupo de Opinião Pública, o GPE conduzia de fato uma campanha de guerra psicológica organizada pelo IPES.” (DREIFUSS, 2006: p. 211, grifo nosso).

Dentro do projeto hegemônico desenvolvido pelo IPES encontramos definições ideológicas claras. Heloísa Starling (1986) discute a disseminação dos valores ideológicos do grupo do capital multinacional e associado em Minas Gerais e nos traz algumas considerações bastante interessantes. Para a autora, a linha de atuação ideológica do IPES buscou encontrar os pontos de acesso entre as diversas parcelas da sociedade civil a fim de que se obtivesse uma união de interesses semelhantes de diferentes grupos. Starling chama esses pontos de acesso de “ganchos ideológicos básicos”, sendo eles o sentimento anticomunista e o sentimento antipopulista, o que permitia uma universalização de seu apelo ideológico em detrimento ao que era particular. A autora destaca a freqüente oposição entre a ditadura comunista e a sociedade democrática. Essa oposição leva à difusão de um modelo de democracia onde questões como a defesa da livre empresa e da propriedade privada, a diluição do conflito entre capital e trabalho e o caráter contrário à comunização do país aparecem como elementos centrais. Dentro desta concepção de democracia estão valores de forte apelo popular como a defesa da pátria, da família e da Igreja. Complementando a idéia de Starling destacamos que características como a agitação sindical, o nacionalismo extremado e a indisciplina militar, por exemplo, deveriam ser evitadas. Esta concepção de democracia aparece, claramente, nos livros em questão.

Em relação ao anticomunismo, Dreifuss (2006) destaca que, através da ação político-ideológica, “o IPES inundava o país com a propaganda anticomunista da elite orgânica, em forma de livros, folhetos ou panfletos”. (DREIFUSS, 2006: p. 253). Conhecer o inimigo

comunista era de suma importância no entendimento do IPES. Isto era a justificativa para tal propaganda, que estava intimamente ligada à produção da Escola Superior de Guerra. A idéia de que no Brasil a guerra revolucionária² se encontrava em curso reforçava ainda mais a propaganda anticomunista. O perigo, caracterizado como eminente, representado por João Goulart, por suas medidas e pelo avanço na organização da classe trabalhadora, tinha que ser combatido.

A partir da pesquisa ao Arquivo do IPES³ podemos demonstrar o elo de ligação entre os livros que vem sendo analisados e o Instituto. A Distribuidora Record e, mais especificamente, Décio de Abreu, um de seus donos, aparece na lista de sócios/conselheiros do IPES. Na listagem de livros publicados pelos grupos acima destacados encontramos muitos títulos da Distribuidora Record bem como de outras editoras como a José Olympio e a Editora Agir⁴. Como indicamos acima ao definir o nosso escopo teórico, entendemos que estas editoras, vinculadas ao IPES, atuavam como difusores de idéias pertencentes ao projeto de classe que tinha como principal aparelho privado de hegemonia o IPES. O sujeito social de tal aparelho, o grupo do capital multinacional e associado, imprimia em diversas esferas da sociedade civil elementos constitutivos de tal projeto hegemônico de sociedade. A atuação do IPES no mercado editorial visava, efetivamente, a divulgação de valores como o anticomunismo e a defesa de uma democracia específica, pautas evidenciadas em seu projeto. A partir das listagens analisadas observamos que, em muitos casos, o nome do Instituto não aparece explicitamente. Isso pode ser entendido como uma estratégia da ação coletiva empreendida, na medida em que veiculavam seus valores ideológicos sem adquirir nenhum tipo de rótulo que os “condenasse”. Sendo assim, encontramos algumas diferentes frentes de atuação do IPES no mercado editorial: os livros poderiam ser patrocinados, financiados, editados ou meramente distribuídos pelo Instituto.

Após esta breve contextualização da relação entre o mercado editorial e o IPES entremos mais especificamente no caso dos livros escolhidos para a presente análise. Como dito anteriormente, temos a confirmação de que, através do vínculo sócio-político ao IPES, a Distribuidora Record participava das atividades de divulgação editorial do GPE. Destacamos a importância da vinculação pessoal de um dos donos da editora em questão ao Instituto. Décio de Abreu, cuja editora fundou junto com Alfredo Machado em 1942, era membro do

² A concepção de guerra revolucionária comunista, na compreensão das Forças Armadas, pode ser encontrada em trabalhos da Escola Superior de Guerra. Não entraremos no mérito desta discussão neste trabalho.

³ O arquivo do IPES encontra-se depositado no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro.

⁴ Ao longo da pesquisa que será desenvolvida tentaremos traçar mais objetivamente as nuances do mercado editorial da época.

conselho consultivo do IPES, sendo caracterizado, inclusive, como a pessoa jurídica representante da distribuidora. Inicialmente a Record era uma distribuidora de histórias em quadrinhos e serviços de Imprensa. Vinte anos depois, em 1962, editou sua primeira publicação: o livro “O Poder das Idéias”, de Carlos Lacerda. Podemos indicar que, a partir da entrada efetiva no mercado editorial, da sua filiação como membro do IPES e da natureza das publicações sucessivas realizadas na primeira metade da década de 1960⁵, a difusão dos valores ideológicos do grupo do capital multinacional e associado tornou-se parte integrante da atuação da Distribuidora Record.

Diante destas evidências, buscamos um primeiro grupo de análise a fim de verificar se as nossas premissas de trabalho podem ser conduzidas da maneira que estamos propondo. Cabe destacar que, por ser um resultado ainda bastante preliminar da pesquisa, alguns elementos serão trabalhados como sugestões de análise e serão desenvolvidos ao longo da elaboração da dissertação.

Os livros desta coleção possuem uma peculiaridade interessante. Trata-se de uma coleção, de mais de 30 livros, voltados para os jovens. Observamos, através dos títulos, o objetivo de tentar construir, a partir da visão do projeto hegemônico em questão, a história do Brasil e do mundo. A grande maioria da coleção traz temas que envolvem uma caracterização épica dos acontecimentos históricos pautadas sempre pelas principais efemérides da história e por seus heróis, porém sempre com uma visão onde a sociedade capitalista (algumas vezes as análises são anacrônicas) aparece como o objetivo a ser alcançado por todos. Em decorrência disso, observamos a construção de um discurso anticomunista, que aparece nos volumes mais teóricos existentes na coleção. Outro importante dado está no fato de que muitos destes títulos são traduções de edições publicadas nos primeiros anos da década de 1960 nos Estados Unidos. Além da parte em texto, todos os livros possuem ilustrações que também demonstram a perspectiva da sociedade vista como ideal. Tal sociedade ideal era pautada na sociedade capitalista onde o bem-estar era garantido, principalmente, através de um regime democrático. Esta sociedade era a antítese das sociedades comunistas, tal como a Rússia, que eram vistas como o inimigo a ser contido. Portanto, de um modo geral, observamos uma linearidade nos livros da coleção, onde a antítese democracia/comunismo aparece como principal fio condutor.

⁵ A Distribuidora Record publicou uma série de livros de intelectuais estrangeiros que propunham a divulgação de idéias anticomunistas. Dentre eles destacamos o livro, publicado no ano de 1963, de Suzanne Labin, intelectual francesa de extrema direita, intitulado *Em cima da hora: a conquista sem guerra*, onde o prefácio, a tradução e as notas são realizados por Carlos Lacerda.

Partimos então para a análise de alguns pequenos trechos de dois dos principais volumes difusores destas concepções. O livro “A Guerra Revolucionária Comunista” divulga de maneira bastante contumaz as percepções anticomunistas que aparecem no restante da coleção. Já o livro “Você e a democracia” define em suas linhas o tipo de sociedade pelo qual todos devem lutar: a sociedade capitalista democrática. Nossa idéia é demonstrar, através destes trechos, o que falamos anteriormente sobre a difusão ideológica.

O livro de Francisco Ruas Santos⁶ dá claras indicações da ligação que propomos. Para demonstrar isto destacamos o seguinte trecho:

“Este livrinho foi escrito de uma assentada sob a motivação do famigerado comício do dia 13 de março na Central do Brasil. A poucos passos de uma transformação política que transformaria o Brasil num Estado semelhante aos que gravitam na órbita soviética, sua publicação pareceu-me, então, mais do que urgente. Hoje, vitoriosa em 31 de março a Revolução Democrática Brasileira, sinto ainda urgente e atual sua publicação. De fato, a magnitude da infiltração comunista e comunizante na vida nacional, revelada a cada passo, está a exigir dos democratas um conhecimento também mais amplo da multiforme ação comunista. Daí o propósito da Distribuidora Record de dar a este trabalho maior divulgação do que inicialmente planejara” (SANTOS, 1964: p. 13)

A divulgação anticomunista é explícita. Ao final do livro, após analisar a chamada guerra revolucionária – que, segundo o autor, estaria em curso no Brasil – aponta as ações coletivas que deverão ser empreendidas para que os “comunistas” não subam ao poder:

“Este livrinho poderá servir, na falta de outro, de manual anticomunista. Que os jovens principalmente façam logo o que é preciso, procurando conhecer mais do que aquilo que afluamos páginas atrás. Então, sua generosidade e seu sentimento de justiça hão de se pronunciar fatalmente a favor da Liberdade e da verdadeira Democracia, reforçando as forças que se opõem à subversão e ao domínio comunistas.” (SANTOS, 1964: p. 83, grifos meus).

Podemos observar que o autor estava escrevendo o livro motivado pelos acontecimentos recentes e que, a divulgação de uma visão anticomunista se fazia necessária para legitimar a subida ao poder do grupo do capital multinacional e associado. Percebemos, desta forma, uma intenção militante clara do autor em favor deste grupo.

⁶ Francisco Ruas Santos era militar. É autor do volume da mesma coleção intitulado “Forças Armadas no Brasil”, publicado em 1964.

Na epígrafe do mesmo livro observamos a antítese comunismo/democracia:

“A democracia ocidental bem compreendida e melhor praticada é o mais eficaz antídoto contra a guerra revolucionária comunista. Pois tem, e já o demonstrou na prática, soluções para todos os problemas sociais, econômicos e políticos, sem o sacrifício do bem supremo da liberdade”. (SANTOS, 1964: p. 12, grifos meus)

No livro “Você e a democracia”, percebemos que, seu assunto principal – a democracia - não recebe nenhuma definição mais contundente. Para difundir sua perspectiva ideológica, a autora faz uso de metáforas e de adjetivos que desqualificam “os países que não seguem a democracia” e ataca constantemente regimes comunistas, apesar de não citar nominalmente qualquer país. O livro possui uma linguagem simples e busca atingir diretamente os jovens, público-alvo da coleção em questão. Inculcar os valores intrínsecos à democracia tal como vista pela autora e pelo grupo em questão se torna o principal fio condutor deste livro. Destacamos alguns trechos para embasar nossas premissas. Quanto à democracia, o Brasil e os jovens:

“O nosso país é uma democracia. Uma democracia é como uma casa-forte, um grande forte onde se guarda precioso tesouro. Você tem a chave dessa casa-forte em cujo interior estão jóias muito preciosas: os direitos de cada um de nós, os direitos de cada ser humano. A você, e a todos os meninos como você, cabe a guarda cuidadosa dessas jóias.” (GORDON, 1963: p.11, grifos meus).

Em relação ao quadro internacional, observamos a difusão da idéia anticomunista em antítese à democracia:

“É necessário que todos os povos possuam os tesouros que possuímos, nós todos, numa democracia. Mas há povos, infelizmente, que não possuem tais tesouros. Por isso são tristes e infelizes.” (GORDON, 1963: p.21).

A perspectiva de uma visão de democracia tal como defendido pelo grupo do capital multinacional e associado onde a agitação sindical é vista de maneira negativa também aparece no livro. As lutas dos trabalhadores deveria ser resolvida a partir da conciliação:

“Às vezes, os trabalhadores fazem greves para obter o que reivindicam. Param de trabalhar e passam a discutir um aumento de salário ou outras condições de

trabalho. A gente lê notícias a respeito dessas greves. Mas sabe, também, da existência de outras fábricas onde dirigentes e operários discutem os seus problemas, lado a lado, em mesas redondas, buscando soluções adequadas. Isso é democracia.” (GORDON, 1963: p. 55, grifos meus).

Partindo destes trechos e do nosso escopo teórico podemos concluir que, a leitura destes livros pelo público jovem na década de 1960 se traduz, como proposto por Williams, numa prática internalizada onde é promovida uma naturalização das relações sociais. A divisão em classes é esquecida e a idéia de liberdade e igualdade entre todos divulgada. Este senso de realidade absoluta, dado pelos elementos constitutivos dos livros, promove a construção de um sistema de significados e valores próximos às concepções do grupo do capital multinacional e associado. Vemos então a construção do processo de hegemonia, ou de um projeto hegemônico, que buscará, na sociedade civil, através dos meios coercitivos ideológicos, o consenso de parcelas das classes dominadas e das classes dominantes que irá legitimar o golpe civil-militar de 1964, conduzido e dirigido por este grupo.

Bibliografia

DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. 899 p.

GORDON, Dorothy. *Você e a democracia*. Tradução e adaptação: F. da Silva Ramos. Rio de Janeiro: Editora Record, 1963. 60 p.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

SANTOS, Francisco Ruas. *A guerra revolucionária comunista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1964.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os Novos Inconfidentes e o Golpe Militar de 1964*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1986. 375 p.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 215 p.